

**RR 729.121/2001.0 – 5ª Turma – DJU de 04.11.2005**

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS. EMPREGADOS NÃO-ASSOCIADOS.** No mérito, como corolário do conhecimento do recurso de revista por violação do art. 8º, V, da Constituição Federal, seu provimento é medida que se impõe, a fim de adequar a decisão recorrida à jurisprudência desta Corte Superior, consubstanciada no Precedente Normativo nº 119 da SDC e, em consequência, julgar procedente os pedidos formulados na petição inicial da ação civil pública (letras “a”, “b” e “c”). **Por todo o exposto, dou provimento ao recurso de revista, para julgar procedente o pedido formulado na petição inicial da ação civil pública e, em consequência, condenar os réus a não mais incluírem nos instrumentos coletivos de trabalho que vierem a celebrar, entre si ou com outras entidades sindicais, cláusula que traga a imposição de contribuição a ser descontada dos salários dos trabalhadores não filiados a sindicato profissional, sob a denominação de taxa assistencial ou para custeio do sistema confederativo ou sob qualquer outra rubrica, sob pena de pagamento de multa no valor de R\$1.000,00 (mil reais) por dia, a partir da vigência da norma coletiva, a reverter ao FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador. Custas, pelos réus, de R\$ 200,00 (duzentos reais), calculadas sobre o valor atribuído à causa na inicial.**

**AIRR 169/2005-221-06-40 – 8ª Turma – DJU de 07.03.2008**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO MORAL COLETIVO. CARACTERIZAÇÃO.**

- 1. O elemento que distingue uma ação coletiva, que visa a resguardar interesses homogêneos, da simples reunião de ações individuais é a existência de uma tese jurídica geral, referente a determinados fatos, que, se acolhida, possa beneficiar diversas pessoas.**
2. Do quadro fático trazido à baila pelo acórdão regional, imutáveis neste âmbito recursal extraordinário, ante o óbice da Súmula nº 126/TST, depreende-se que os fatos narrados pelo Ministério Público viabilizam a adoção de uma tese jurídica geral, aplicável a toda uma coletividade de interessados e independente da análise da situação individual e particular de cada pessoa.
- 3. Com base no contexto fático-probatório, o Tribunal Regional concluiu que o ato arbitrário do empregador constituiu inadmissível ingerência na organização sindical. Verificado o dano à**

coletividade, que tem a dignidade e a honra abalada em face do ato infrator, cabe a reparação, cujo dever é do causador do dano.

4. Assim, cabível a indenização por dano moral coletivo, em montante revertido ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, em atenção ao artigo 13 da Lei nº 7.347/85 e à Lei nº 7.998/90.

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONDENAÇÃO EM CUSTAS. PRECLUSÃO.**

Condenada em primeira instância, não cuidou a Reclamada de devolver tal matéria ao Tribunal Regional. A insurgência encontra-se preclusa.

**DANOS MORAIS. QUANTUM. INDENIZATÓRIO. RECURSO DESFUNDAMENTADO.**

A Agravante não amparou seu apelo em nenhum dispositivo legal ou constitucional, tampouco indicou divergência jurisprudencial, em desatenção ao artigo 896 da CLT e à Súmula nº 221 desta Corte. Agravo de Instrumento a que se nega provimento.

**RR 157/2006-042-03-00 – 5ª Turma, Rel. Min. Emmanoel Pereira – DJU de 28.03.2008**

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. CLÁUSULA CONVENCIONAL. INTERESSES INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS.** No caso, o Ministério Público do Trabalho figura no pólo ativo como Autor na ação civil pública, defendendo, interesses coletivos individuais e indisponíveis dos trabalhadores. **Pretende resguardar o direito dos trabalhadores requerendo a imposição de obrigação de não fazer no sentido de que não seja reinserida nos acordos coletivos cláusula convencional em que o sindicato se compromete a não pleitear horas *in itinere* por meio de ações coletivas.** Verifica-se, outrossim, que os artigos 127 e 129, incisos III e IX, da Constituição Federal, legitimando o Ministério Público à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis a promover a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos e exercer outras funções que forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade não fazem qualquer restrição à utilização da ação civil pública pelo Ministério Público do Trabalho, sendo que os artigos 81, inciso II, e 83 da Lei nº 8.078/90, também legitimam o Ministério Público a ajuizar a aludida ação. Da exegese dos artigos constitucionais e infraconstitucionais acima transcritos, conclui-se pelo interesse do Ministério Público para propor a ação civil pública. Recurso de revista conhecido e provido.

**20/03/2009**

**Sindicatos pagarão R\$ 300 mil por fraude em comissão de conciliação**

Ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho da 2ª Região (SP) resultou na condenação por danos morais coletivos de três sindicatos de São Paulo de R\$ 300 mil pela criação de comissão fraudulenta de conciliação prévia. Em decisão unânime, a **Oitava Turma** do Tribunal

Superior do Trabalho acompanhou o voto da relatora, ministra Dora Maria da Costa, que negou provimento ao agravo dos sindicatos.

De acordo com a inicial, a comissão induzia os empregados a dar quitação geral e plena das verbas trabalhistas nas rescisões contratuais, sob pena de nada receberem. O MPT da 2ª Região soube dos fatos por meio de representação feita pela juíza do Trabalho Maria José Bighetti Ordoño junto à Coordenadoria de Defesa dos Interesses Difusos e Coletivos da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região. O motivo da representação foi o caso de dois advogados, empregados do Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Tipo Artesanal (SIMPI), que, ao serem dispensados, sem justa causa, foram forçados a se submeter ao Núcleo Intersindical de Conciliação Prévia, instituído pelo sindicato por meio de convenção coletiva. Os advogados deveriam dar plena e geral quitação dos seus contratos de trabalho, sem a observância de prévia homologação da rescisão, sob pena de, não aceitando a “conciliação”, nada receber. No Núcleo havia vários outros empregados, de condição mais humilde, assinando o termo de conciliação, antes mesmo de receber o da rescisão do contrato de trabalho.

No curso das investigações, constatou-se que o procedimento utilizado pelo SIMPI em relação aos seus empregados ocorria em larga escala no Núcleo Intersindical quanto às “conciliações” ali conduzidas e realizadas. Outros empregadores também utilizavam o núcleo para “homologar” as rescisões contratuais de seus empregados de forma parcelada.

### **Braço de uma rede**

Além disso, descobriu-se que o núcleo era um dos braços de uma rede, cuja ponta era o SIMPI, com uniformidade administrativa e de procedimentos, instituída por meio de duas convenções coletivas, uma celebrada entre o SIMPI e o Sindicato dos Empregados nas Indústrias Metalúrgica, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo, Mogi das Cruzes e Região e a outra entre a Federação dos Trabalhadores nessas indústrias (entidade sindical de segundo grau – representando as bases organizadas) e 43 sindicatos de trabalhadores nessas indústrias, com diversas bases territoriais. **Comprovaram-se várias práticas ilícitas, como falta de transparência na constituição e funcionamento do núcleo, inobservância da paridade, extravasamento do âmbito de aplicação da norma coletiva, inobservância do art. 477 da CLT e problemas com o custeio, com utilização do núcleo como fonte de renda para os sindicatos convenientes.**

O MPT requereu a antecipação de tutela, para os réus absterem-se de criar ou manter comissão de conciliação prévia e extinguirem, imediatamente, a que foi instituída, e a pagar indenização de R\$ 500 mil, reversível ao FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador – pelo dano moral coletivo causado. O juiz de primeiro grau acolheu os pedidos. O TRT de São Paulo, ao analisar os recursos dos sindicatos, reduziu a pena pecuniária para R\$ 300 mil.

No recurso ao TST, o SIMPI sustentou a inexistência de irregularidades na formação da comissão e no procedimento adotado por ela. Afirmou que o núcleo foi instituído de forma paritária, e que os trabalhadores sempre foram informados sobre seus efeitos e sua faculdade, podendo-se fazer acompanhar por qualquer pessoa de confiança. A relatora, porém, rejeitou a alegação de violação do artigo 5º, inciso II da Constituição Federal por se tratar de “um dispositivo de princípio genérico, cuja violação só se dá, quando muito, de forma reflexa”. ([AIRR-3046/2003-024-02-41.8](#))

**RR 318340-76.2002.5.02.0030 – 6ª Turma, rel. min. Aloysio Corrêa da Veiga – Publicação: DEJT 05/02/2010**

**TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA. ENTIDADE SINDICAL. CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL. CABIMENTO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA.** Não há como se reconhecer cabimento de ação civil pública com o fim de que o Sindicato assegure oposição dos empregados perante a empresa, por ausência de previsão legal. O direito à liberdade sindical, todavia, resta violado, quando o Sindicato adota conduta anti-sindical, impondo discriminação no tratamento entre empregados sindicalizados e não associados, não só pelo encaminhamento apenas de sindicalizados ao mercado de trabalho, como também pela diferenciação em percentuais de contribuição a serem pagos desses empregados. O conceito de conduta anti-sindical não está atrelada tão somente aos atos estatais que impedem o livre desenvolvimento das atividades do Sindicato, ou das empresas quando inibem a atuação do dirigente sindical. Também está atrelada a conduta do próprio sindicato quando institui privilégio ou limitações em face do empregado ser ou não ser sindicalizado. Recurso de revista conhecido e parcialmente provido.

**ROMS 37900-97.2008.5.15.0000 Data de Julgamento: 08/03/2010, Relatora Ministra: Dora Maria da Costa, Seção Especializada em Dissídios Coletivos, Data de Divulgação: DEJT 19/03/2010.**

**RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CAMPINAS. INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO.** Nos termos dos arts. 5º, LXIX, da CF, e 1º da Lei nº 1.553/1951, o mandado de segurança é a garantia ao direito líquido e certo, contra ato manifestamente ilegal ou abusivo praticado por autoridade, e que não esteja protegido por *habeas data* ou *habeas corpus*. *In casu*, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Campinas impetrou mandado de segurança contra ato da Juíza da 5ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto que deferiu liminar, na qual determinava ao referido Sindicato que se abstinhasse de promover eleições sindicais no município de Ribeirão Preto. Considerando-se que o direito líquido e certo é aquele que não suscita dúvidas, não se verifica, no

ato praticado por aquela autoridade, a ofensa apontada pelo recorrente, mormente porque sua decisão fora calcada em decisões judiciais anteriores, que não reconheceram a legitimidade da entidade sindical, ora recorrente, para representar os eletricitários de Ribeirão Preto. Assim, mantém-se a decisão regional que denegou a segurança pleiteada e nega-se provimento ao recurso. **Recurso ordinário não provido.**

07/02/2011

**Fixada sob ameaça, é inválida cláusula coletiva que prevê regime de 5x1**

A existência de pressão, constrangimento e ameaça de demissão aos trabalhadores rurais para o estabelecimento em acordo coletivo da jornada de 5x1 em lavoura de cana tornou inválida a cláusula, por vício em sua formação. Ao analisar o caso, que teve origem em uma ação civil pública, a **Oitava Turma** do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o agravo de instrumento das empresass, inviabilizando a aplicação, pela Ivaicana Agropecuária Ltda. em São João do Ivaí, no Paraná, do regime de cinco dias de trabalho para um de descanso.

Após denúncias de sindicato de outra cidade e de procedimento investigatório, em que foram ouvidos vários representantes sindicais de trabalhadores, o Ministério Público do Trabalho da 9ª Região (PR) apurou as condições em que havia sido fixada a cláusula e concluiu haver clima de pressão, imposto pelas empresas, para que os empregados aceitassem o regime de 5x1 sob pena de perder o emprego. Baseado nesses dados, o MPT ajuizou a ação civil pública.

A pretensão do MPT é que a Ivaicana Agropecuária Ltda. e a Vale do Ivaí S/A - Açúcar e Alcool se abstenham de exigir de seus empregados rurais o trabalho em sistema de 5x1 e de praticar atos que violem o pleno exercício do direito de liberdade e autonomia sindical, como pressão, coação moral, ameaças e despedidas abusivas, ou ingerência fiscalizatória sobre as assembleias da categoria profissional, sob pena de arcarem com multa diária de R\$ 5 mil, em caso de descumprimento de cada uma das obrigações. Diante das provas obtidas, inclusive o depoimento de testemunha das rés, confirmando a pressão, o juízo de primeira instância acatou o apelo do MPT.

A Ivaicana e a Vale do Ivaí - uma empresa de plantio, corte, carregamento e transporte de cana-de-açúcar e a outra uma usina de açúcar - recorreram ao Tribunal Regional do Trabalho no Paraná (9ª Região), alegando que o regime de 5x1 tem amparo legal e apresenta benefícios, pois, no regime 6x1, o trabalhador tem oito folgas em dois meses, enquanto no regime 5x1 goza de dez folgas no mesmo período.

Argumentaram, ainda, que a jornada de trabalho semanal também é de 44 horas semanais, com a jornada diária de 7h20 e que a inserção social não fica comprometida com o trabalho aos domingos, pois pode ocorrer em outros dias e que a cada dois meses o trabalhador folga dois domingos. Além disso, contestaram as provas relativas à ausência de liberdade na negociação coletiva devido à pressão.

O TRT manteve a sentença, concluindo ser inválida a norma coletiva que instituiu o sistema 5x1 por vício na sua formação e ser obrigatória a concessão de repouso semanal em pelo menos um domingo por mês. O Regional julgou que o sistema 5x1 é prejudicial ao trabalhador, ao contrário do alegado pelas empresas, pois o número de folgas é menor que no sistema usual, de oito horas diárias em cinco dias por semana e quatro horas em outro dia. Neste caso, há uma folga e meia por semana. No sistema 5x1 existe apenas uma folga semanal. Quanto aos domingos, só coincidem com a folga a cada sete semanas.

Nesse sentido, o Tribunal Regional salientou o comprometimento da inserção social com o trabalho no dia em que o restante da família e os amigos estão de folga e o descanso em dias úteis, quando aqueles estão em atividade. Por fim, o TRT considerou irreparável a sentença. Com a manutenção da decisão desfavorável a elas, as empresas interpuseram recurso de revista, cujo seguimento foi negado pelo TRT/PR. As empregadoras, então, apelaram com agravo de instrumento ao TST.

### **Ameaça de demissão**

O relator do agravo na Oitava Turma, ministro Márcio Eurico Vitral Amaro, frisou a existência do vício no acordo coletivo, constatado pelo Tribunal Regional, ao verificar que a própria testemunha das empresas comprovou a existência de pressão e que todas as outras testemunhas falaram na ameaça de demissão. Diante disso, o relator destacou que “não há como reconhecer a integridade da negociação coletiva”.

**Quanto ao aspecto do prejuízo causado aos trabalhadores com a adoção do regime de 5x1, em que as empresas indicaram violação dos artigos 7º, XV, da Constituição Federal, 67, parágrafo único, da CLT, 1º e 2º da Lei 605/49, o ministro Márcio Eurico ressaltou que “a controvérsia sobre a existência ou não de prejuízo só faria sentido se fosse a jornada especial autorizada por norma coletiva”, que foi considerada inválida.**

Acompanhando o voto do relator, a Oitava Turma negou provimento ao agravo de instrumento, com ressalva de fundamentação da ministra Dora Maria da Costa. As empresas recorreram dessa decisão com embargos declaratórios, que estão sob exame do relator. ([AIRR - 105340-49.2001.5.09.0089](#))

**RR 700-26.2005.5.03.0152 – 2ª Turma – Publicação: DEJT 11/03/2011**

**RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PEDIDO DE CONDENÇÃO DO EMPREGADOR À ABSTENÇÃO DE ATOS QUE CONFIGUREM COAÇÃO E CERCEIO À LIBERDADE SINDICAL. CABIMENTO.** Nos termos do artigo 83, III, da Lei Complementar nº 75/93, compete ao Ministério Público do Trabalho “promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos”. Assim, é cabível a utilização do mencionado instrumento processual na hipótese em que se pleiteia a condenação de empregador à abstenção de atos que configurem coação e cerceio à liberdade sindical de seus empregados. Recurso de revista conhecido e provido.

**RO 1285-88.2010.5.24.0000 - Publicação: DEJT 11.11.2011**

Relatora: Ministra Maria de Assis Calsing

Recorrentes: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Campo Grande e Outros

Recorrido: União (PGU)

Recorrido: Ministério Público do Trabalho da 24ª Região

Autoridade Coatora: Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de Campo Grande

**EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR CONCEDIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA QUE DETERMINOU O AFASTAMENTO DE DIRIGENTES SINDICAIS PARA APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES. INEXISTÊNCIA DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO INVOCADO NO PRESENTE MANDAMUS.** Não viola direito líquido e certo a decisão que determina o afastamento de todos os dirigentes sindicais envolvidos nas denúncias de irregularidades, com vistas a manter intactos os fatos e provas que as embasaram. Decisão recorrida que merece ser mantida pelos seus próprios fundamentos. **Recurso Ordinário a que se nega provimento.**

**RR 35000-06.2008.5.03.0056 – Publicação: DEJT 20.04.2012**

Relator: Min. Pedro Paulo Manus

Recorrente: Votorantim Metais Zinco S.A.

Recorrido: Ministério Público do Trabalho da 3ª Região

Recorrido: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Três Mar

**DECISÃO:** : I - por maioria, não conhecer do recurso de revista quanto ao tema matérias arguidas em contrarrazões - cerceamento de defesa - inocorrência, vencido o Exmo. Ministro Ives Gandra Martins Filho, que juntará voto; II - por unanimidade, não conhecer do recurso de revista nos demais temas. Ressalva de fundamentação do Exmo. Ministro Ives Gandra Martins Filho no que diz respeito a interesses individuais homogêneos passíveis de defesa em ação civil pública.

**RECURSO DE REVISTA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.** O exame dos autos revela que a Corte a quo proferiu decisão completa, válida e devidamente fundamentada, razão pela qual não prospera a alegada negativa de prestação jurisdicional. O Juiz não está obrigado a se manifestar sobre cada argumento apresentado pelas partes. Basta que consigne, de forma clara e precisa, as suas razões de decidir. Foi o que ocorreu no presente caso. Ilesos, portanto, os arts. 832 da CLT; 458, II e III, do CPC; e 93, IX, da Constituição Federal.

**MATÉRIAS ARGUIDAS EM CONTRARRAZÕES. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA.** O Tribunal Regional não conheceu das contrarrazões apresentadas pela reclamada, porque entendeu que o recurso utilizado por ela, para afastar as preliminares de inépcia da inicial, interesse de agir, carência de ação - ilegitimidade ativa - e de impossibilidade jurídica do pedido, não era próprio para este fim. De fato, o recurso a ser utilizado seria o recurso ordinário adesivo, por não se tratar de controvérsia a ser apreciada em contrarrazões, ante a presença de interesse recursal. Ora, as contrarrazões não são instrumentos adequados para a formulação de pretensão, mas, sim, para contraposição das teses recursais. Nos termos em que foi colocado, o acórdão recorrido não ofendeu a literalidade do art. 5º, LV, da Constituição Federal, pois as contrarrazões não foram conhecidas, porque o recurso utilizado não era próprio.

**LEGITIMIDADE AD CAUSAM DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PARA O AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO MORAL COLETIVO - COAÇÃO PELA EMPREGADORA PARA APROVAÇÃO DE ELASTECIDADE DA JORNADA NOS TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO.** A jurisprudência desta Corte, firmou-se no sentido de que o Ministério Público do Trabalho detém legitimidade para ajuizar ação civil pública, não apenas para a defesa de interesses difusos, mas também para tutelar direitos coletivos e individuais homogêneos, desde que demonstrada a relevância social destes, em defesa dos direitos assegurados constitucionalmente; o que, no caso, ficou evidenciada.

**POSSIBILIDADE DE DEFESA DO SINDICATO VIA AÇÃO CIVIL PÚBLICA.** O Tribunal Regional registrou que o assistente litisconsorcial é titular do direito material, que no presente processo está sendo defendido pelo Ministério Público, com o objetivo fundamental de tutelar direitos e interesses difusos e coletivos, presentes e futuros, com o intuito de ver a reclamada condenada em obrigação de não fazer coação, para viciar a manifestação da vontade dos empregados, os quais pretendem a redução da jornada para seis horas, em face do sistema de turno de revezamento a que estão submetidos, o que afasta a afronta ao art. 129 da Constituição Federal.



**MULTA DIÁRIA POR OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. JULGAMENTO ULTRA PETITA.** A imposição de multa cominatória e, no caso concreto, a determinação de multa diária em caso de descumprimento da obrigação de não coagir, pressionar ou intimidar os empregados, com o objetivo de interferir ou anular o livre exercício da atividade sindical e livre manifestação de vontade dos trabalhadores, bem como de interferir, sob qualquer forma ou pretexto nas atividades do sindicato profissional, é implícita, decorrente do ofício do Juízo, ao prolatar decisão cuja tutela redunde no cumprimento da obrigação de não fazer. É a exata determinação dos parágrafos 4º e 5º do artigo 461 do CPC. Ilesos os artigos 128, 287, 293, 460 do CPC.

**INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL COLETIVO. CARACTERIZAÇÃO.** Para a caracterização do dano moral, é imprescindível que o ato ilícito ocasione ofensa à imagem, à honra, à intimidade e/ou à vida privada da pessoa. Na hipótese, ficou registrado no acórdão regional que a reclamada, ao tomar conhecimento da vontade dos empregados pelo turno reduzido de seis horas nos revezamentos ininterruptos, passou a coagi-los, caso eles não pressionassem o Sindicato na renovação do acordo coletivo, obrigando-os, inclusive, a trabalhar em turno fixos de 8 horas, bem como ameaçando-os com expurgos de direitos, bem como perdas de vantagens econômicas. Consignou, ainda, que a reclamada obrigou alguns empregados - uns afastados por problemas de saúde e outros alheios ao que acontecia - a movimentar o Judiciário contra o ente sindical, o que gerou um novo acordo coletivo, o qual suspendia o turno ininterrupto de revezamento e determinava horários fixos, gerando prejuízos pessoais, familiares, educacionais e financeiros à coletividade, com o único objetivo de intrometer-se na atuação do Sindicato e na livre manifestação de vontade dos trabalhadores. Decorre, assim, de forma inconteste, o nexo causal, sendo que o dano se consubstanciou na dor sofrida pelos empregados, que tiveram afetadas sua dignidade e auto-estima, e também problemas financeiros. Comprovada, portanto, a culpa da empresa, impõe-se a condenação por dano moral. Incidência dos artigos 186, 927 e 944 do Código Civil. Entendimento em sentido contrário implica revolvimento da prova dos autos, o que é vedado nesta esfera recursal, consoante Súmula nº 126 do Tribunal Superior do Trabalho. Recurso de revista de que não se conhece.

**AIRR 195700-09.1999.5.03.0011 – Publicação: DEJT 20.04.2012**

Relatora: Min. Dora Maria da Costa

Agravante: Telemar Norte Leste S.A.

Agravado: Ministério Público do Trabalho da 3ª Região

**DECISÃO:** , por unanimidade, conhecer do agravo de instrumento e negar-lhe provimento.

**AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. 1. INCOMPETÊNCIA TERRITORIAL. CONTINÊNCIA ENTRE AÇÕES.** De acordo com o Regional, na presente hipótese, não restou configurada a continência entre as ações, razão pela qual descabe cogitar de competência por prevenção. Incólumes, pois, os artigos 102 e 104/106 do CPC. **Agravo de instrumento conhecido e**

**não provido. 2. ILEGITIMIDADE ATIVA. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA.** A presente ação civil pública objetiva a anulação da assembleia geral extraordinária e, consequentemente, do acordo coletivo de trabalho celebrado, tendo em vista a alegação de coação para que os empregados da ré comparecessem à referida assembleia e aprovassem a contraproposta apresentada pela empresa. Logo, não há dúvidas quanto à legitimidade ativa do Ministério Público do Trabalho, em face do disposto nos artigos 83, III e IV, da LC 75/93 e do artigo 127, *caput*, e 129, III, da CF. **Agravo de instrumento conhecido e não provido. 3. JULGAMENTO EXTRA PETITA.** Não configurado o alegado julgamento *extra petita*, descabe cogitar de ofensa aos artigos 128 e 460 do CPC. **Agravo de instrumento conhecido e não provido. 4. LEGITIMIDADE DA ASSEMBLEIA. VALIDADE DO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO.** A revisão pretendida encontra óbice na diretriz fixada pela Súmula 126 do TST, pois somente mediante o reexame do conjunto fático-probatório é que se poderia concluir pela legitimidade da assembleia ante a inexistência de coação e de interferência na atividade sindical e, por conseguinte, pela validade do acordo coletivo de trabalho, consoante alega a ré. **Agravo de instrumento conhecido e não provido. 5. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL COLETIVO E MULTA PECUNIÁRIA REVERTIDAS EM FAVOR DO FAT.** O conjunto fático-probatório demonstrou a conduta antisindical da ré que interferiu na manifestação volitiva da categoria para obter a aprovação da sua proposta para o ACT 1998/1999, afrontando, assim, os princípios da liberdade sindical e do valor social do trabalho. Ora, aquele que por ato ilícito causar dano, ainda que exclusivamente moral, fica obrigado a repará-lo, de modo que, ficando mais do que caracterizado que a ré cometeu um ato ilícito, causando prejuízos ao legítimo representante da categoria profissional, à coletividade de trabalhadores e à própria ordem jurídica, tem-se um típico caso de dano moral coletivo. Nesse contexto, a condenação ao pagamento de indenização por danos morais coletivos e de multa pecuniária não configura afronta aos artigos 186 e 927 do Código Civil, 5º, V e X, da CF. **Agravo de instrumento conhecido e não provido.**

**RR 107300-81.2009.5.04.0741 – Publicação: DEJT 29.06.2012**

Relator: Min. José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza

Recorrente: Ministério Público do Trabalho da 4ª Região

Recorrido: Sindicato dos Empregados no Comércio de Santo Ângelo

Recorrido: Sindicato do Comércio Varejista de Santo Ângelo

**DECISÃO:** , por unanimidade: I - dar provimento ao agravo de instrumento; e II - conhecer do recurso de revista, por violação dos arts. 129, III, da Constituição Federal, 83, III, da Lei Complementar 75/93 e 267, VI, do CPC, e, no mérito, afastar a extinção do processo, sem resolução do mérito, por falta de interesse, e determinar o retorno dos autos ao Egrégio Tribunal Regional de origem, a fim de que prossiga no exame do pedido, como entender de direito. Prejudicada a análise do tema remanescente.

## **I - AGRAVO DE INSTRUMENTO - INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA PROPOR AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CONFLUÊNCIA DE LEGITIMIDADE E DE INTERESSE ESPECÍFICO.**

De se prover o agravo de instrumento, para prevenir possível violação dos arts. 129, III, da Constituição Federal, 83, III, da Lei Complementar 75/93 e 267, VI, do CPC. Agravo de instrumento provido.

## **II - RECURSO DE REVISTA - INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA PROPOR AÇÃO CIVIL PÚBLICA – REQUISITOS LEGAIS PARA A CELEBRAÇÃO DE CONVENÇÕES OU ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO – MULTA COMINATÓRIA - LEGITIMIDADE E INTERESSE ESPECÍFICO PRESENTES.**

O interesse processual identifica-se pela adequação e a necessidade de se recorrer ao Poder Judiciário, bem como pela utilidade prática do provimento pretendido. Considerando-se a humana falibilidade e a generalizada inobservância da lei, é cabível e quase imprescindível a atuação do Ministério Público do Trabalho para velar pelo exato cumprimento da ordem jurídica, mormente em questões que envolvam interesses coletivos, difusos e individuais homogêneos (art.129, III, da CF). Daí a necessidade, como no caso, de ele buscar tutela judicial com vistas a resguardar o cumprimento das normas que dizem respeito à celebração das convenções e acordos coletivos, de modo a que seja precedida de regular convocação de assembleia da categoria ou dos interessados, na forma da lei. Se não há a observância espontânea da lei, a intervenção ministerial é irrecusável, seja ela preventiva e inibitória, seja reparatória, imposta multa, como acontece nas obrigações de fazer ou de não fazer. Há, também, a constante busca do cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho, no caso, concernentes ao repouso semanal remunerado e ao controle da jornada especial, na exata forma como prescrevem a Constituição e a Lei, cujos patamares mínimos não podem ser derogados pelas partes envolvidas. A utilidade prática e efetiva da atuação ministerial na ação civil pública, por certo, está na garantia de que as normas sejam observadas, ainda que por força da natureza mandamental do provimento jurisdicional e a fixação de multa pelo descumprimento. Neste quadro, a celebração de acordo com o sindicato patronal, no curso do processo, ainda que por via indireta (como diz o Regional) tenha atingido parte da pretensão posta, não implica a perda total do interesse concreto do Ministério Público no prosseguimento da ação contra o sindicato profissional. Com efeito, o estrito cumprimento da lei no trato das negociações coletivas deve valer de forma indeterminada no tempo e não se restringe àquilo que envolva exclusivamente o sindicato do comércio, bastando considerar, por exemplo, a possibilidade da celebração de convenção com outras entidades patronais ou de acordos coletivos com empresas. Ademais, remanesceram questões como a do repouso semanal concedido após 8 dias de trabalho, problema de matiz coletiva da categoria (atuais, antigos e futuros integrantes), envolvendo diretamente a ordem jurídica, cuja preservação também está atribuída ao *Parquet*. Confluem, no caso dos autos, a máxima legitimidade de atuação ministerial com a necessidade, utilidade e adequação concretas das medidas pleiteadas nesta ação civil pública. Recurso de revista conhecido e provido.

Relatora: Ministra Maria das Graças Silvano Dourado Laranjeira

Recorrentes: SINDICATO DOS ESTIVADORES DE MANAUS E OUTROS

Recorrido: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

**DECISÃO:** , por unanimidade, não conhecer do recurso de revista, cassando, em consequência, a liminar deferida no processo Caulnom-65761-07.2010.5.00.0000 e julgar prejudicada a análise da Ação Cautelar, por perda de objeto.

**RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. LEGITIMIDADE.** O artigo 83, III, da Lei Complementar 75/93 confere legitimidade ao Ministério Público do Trabalho para promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos. E o trabalho inclui-se entre os direitos sociais constitucionalmente garantidos, nos termos do artigo 6º da CF. Assim, questões que envolvam a lisura da administração das receitas e do patrimônio do Sindicato profissional são efetivamente direito social, porque vinculadas ao trabalho; e coletivo, porque envolve toda a categoria, estando, portanto, legitimado o Ministério Público do Trabalho para o ajuizamento da Ação Civil Pública, nos exatos termos do dispositivo de lei mencionado. **Recurso de revista não conhecido.**

**INQUÉRITO INSTAURADO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. VISTA À PARTE INVESTIGADA. AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO.** Desfundamentado o recurso de revista para os fins do artigo 896 da CLT, uma vez que a parte não denuncia ofensa a dispositivos de lei ou da Constituição Federal ou divergência jurisprudencial. **Recurso de revista não conhecido.**

**DESTITUIÇÃO DOS DIRIGENTES E DECRETAÇÃO DE INELEGIBILIDADE. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ADMINISTRAÇÃO DO SINDICATO.** O Ministro Maurício Godinho, em seu Curso de Direito do Trabalho, deixa claro quem é o destinatário da proibição de intervenção e interferência elencadas no artigo 8º, I, da CF, ao dispor, *verbis*: (...) parece claro que o comando constitucional de não interferência e intervenção do Estado na organização sindical, corolário do princípio da autonomia dos sindicatos, é franco e cristalino no tocante a interferências político-administrativas estatais, por meio do seu aparelho administrativo, o Ministério do Trabalho e Emprego - estas não podem, efetivamente, ocorrer (Curso de Direito do Trabalho, 5ª ed., LTr, página 1334). Nesse contexto, o dispositivo constitucional em comento não tem o alcance pretendido pelos réus, pois não exclui da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito conforme estabelece o artigo 5º, XXXV, da CF. **Recurso de revista não conhecido.**

**DESTITUIÇÃO DOS DIRIGENTES. IMPROBIDADE E INELEGIBILIDADE.** A respeito da alegada inelegibilidade dos dirigentes-recorrentes, o e. Tribunal Regional nada disse. Nesse contexto, a Súmula 297/TST erige óbice à análise da denunciada ofensa ao artigo 14 da CF. Impertinente a denúncia de mácula aos artigos 9º, 10 e 11 da Lei 8.429/92 (Lei da Improbidade Administrativa), na medida em que o e. Tribunal Regional não decidiu matéria com base nessa legislação. Os arestos colacionados, oriundos do c. Superior Tribunal de Justiça, são inservíveis ao aparelhamento do recurso de revista, pois o artigo 896 da CLT não contempla tal possibilidade. **Recurso de revista não conhecido.**

**VENDA DE IMÓVEL PERTENCENTE AO SINDICATO E DANO MORAL COLETIVO.** Desfundamentado o recurso de revista para os fins do artigo 896 da CLT, uma vez que a parte não denuncia ofensa a dispositivos de lei ou da Constituição Federal ou divergência jurisprudencial. **Recurso de revista não conhecido. Conclusão: Recurso de revista integralmente não conhecido.** Em consequência, cassa a liminar deferida no processo Caulnom-56061-07.2010.5.00.0000 e julgo prejudicada a análise da Ação Cautelar, por perda de objeto.